



6.º ENCONTRO DE FUNDAÇÕES DA CPLP

A valorização do factor humano nos processos de desenvolvimento

São Tomé, 16 de Setembro de 2009

Sessão de Abertura

SE o Primeiro Ministro,

SE o Ministro dos Negócios Estrangeiros de São Tomé e Príncipe,

Senhor Secretário Executivo da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa

Senhores Embaixadores,

Caros Colegas, Ilustres Convidados,

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

1.

Em nome do Centro Português de Fundações e no meu próprio gostaria, em primeiro lugar, de cumprimentar e agradecer a presença de V.E. Senhor Primeiro Ministro, que muito nos honra presidindo a esta sessão. A todas as demais autoridades presentes dirijo uma saudação calorosa e grata.

Depois, cabe-me agradecer ao Dr. Carlos Tiny e à Dr.^a Custódia Tiny, bem como à sua equipa da Fundação Mãe Santomense, todo o empenho que permitiu que o nosso 6.º Encontro de Fundações da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), pudesse realizar-se nesta bela cidade de São Tomé e a hospitalidade fraterna com que fomos recebidos.

Uma palavra de agradecimento é também justamente devida aos mecenas deste Encontro - Caixa Geral de Depósitos e Banco Internacional de São Tomé - cuja generosidade viabilizou a nossa reunião.

Quando no ano passado, em Maputo, decidimos realizar este 6.º Encontro em São Tomé, não poderíamos prever que teria a adesão que hoje podemos comprovar, nesta sala do Palácio dos Congressos da República de São Tomé e Príncipe. É muito recompensador observar as caras que reconhecemos dos Encontros anteriores, mas é também incentivador passar a conhecer os novos rostos que representam as fundações dos países da CPLP que participam pela primeira vez.

A todos dirijo uma saudação especial em nome do Centro Português de Fundações.

Posso afirmar, sem qualquer dúvida, que se trata do Encontro mais participado, o que indicia que estas nossas reuniões *não são apenas úteis* como estão a contribuir para consolidar uma plataforma de organizações da sociedade civil que trabalham e se exprimem na mesma língua, e assumem, na sua diversidade, desígnios comuns e com crescente espírito de entreajuda.

2.

Desde há um ano, em Maputo, o mundo mudou profundamente, todos o sabemos e todos o vivenciamos, em maior ou menor grau. Não pretendo, por isso, demorar-me nos aspectos mais negativos deste último ano, que são sobejamente conhecidos.

Gostaria apenas de sublinhar, contudo e com interesse para o nosso Encontro, que a crise económica e financeira mundial, que representa a face mais visivelmente dramática da mudança que assinalei, mau grado o impacto negativo que produziu nos recursos da maioria das fundações, e que

não podemos ignorar, teve consequências significativas no posicionamento no sector fundacional. Se, por um lado, constituiu uma oportunidade única para que reavaliássemos as nossas actividades e prioridades de acordo com as nossas missões e capacidades, por outro lado, demonstrou claramente que o capital de desenvolvimento das fundações não é apenas representado pelos seus activos financeiros. Pelo contrário.

Se a suficiência dos nossos patrimónios constitui uma salvaguarda da nossa independência e autonomia face aos Governos e aos demais sectores da sociedade, os nossos activos imateriais são variados e estão menos expostos aos riscos ou vulnerabilidades dos tempos em que vivemos. Desde logo, o nosso capital de motivação ou de persistência, que será porventura o mais importante daqueles de que dispomos, sai reforçado em momentos de crise. Também o capital de experiência no tratamento das questões sociais mais prementes, e que se encontra personificado nos nossos recursos humanos, resulta fundamental quando todas as estruturas que conhecemos falham ou não conseguem dar uma resposta tempestiva ou adequada. Por último, outro factor que esta crise colocou em evidência, foi o nosso

capital de convocação, chamemos-lhe assim, a nossa capacidade de forjar parcerias sectoriais ou inter-sectoriais ou de fazer convergir esforços e vontades, em cada momento, no sentido de encontrar as soluções mais adequadas e sustentáveis para o desenvolvimento das sociedades que procuramos servir.

Penso que, nunca como hoje, a importância das fundações e das organizações da sociedade civil foi tão manifesta, o que é amplamente reconhecido tanto pelos Estados, como pelas diferentes organizações internacionais. A presença do Senhor Secretário Executivo da CPLP, a quem agradeço o empenho pessoal e participação institucional neste nosso Encontro, constitui um sinal inequívoco deste facto. Este reconhecimento representa tanto um estímulo como uma responsabilidade acrescida para as instituições que representamos.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

3.

Para este 6.º Encontro de Fundações da CPLP escolhemos como tema “A valorização do factor humano

nos processos de desenvolvimento”. Esta escolha teve como premissa subjacente a constatação teórica e empírica que o capital humano – o conhecimento, a técnica ou outras capacidades que as pessoas possam utilizar numa perspectiva produtiva ou empreendedora – constituem um factor crucial para um crescimento económico sustentável e para um desenvolvimento social equilibrado. A aposta na educação e na formação das pessoas, directa ou indirectamente, através das instituições em que estão integradas, constitui, por isso, uma necessidade inadiável para que alguns países em vias de desenvolvimento possam ultrapassar os ciclos reiterados de pobreza em que se encontram e assim caminhar no sentido de alcançar os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio, tal como foram definidos pelas Nações Unidas, para 2015.

Ao longo destes dias iremos ter oportunidade para debater e aprofundar as diferentes perspectivas desta questão e amanhã iremos analisar aquela que é a primeira versão de um “produto” destes nossos Encontros: um relatório de progresso comparado dos Objectivos de Desenvolvimento do Milénio em todos os países de língua oficial portuguesa, preparado sob a orientação da Fundação para o

Desenvolvimento da Comunidade, de Moçambique, e que todos têm nas vossas pastas.

Naturalmente, a educação e a formação são absolutamente necessárias, mas isoladamente não são suficientes e permitam-me, para ilustrar esta constatação, que recorra a uma formulação bastante feliz do escritor moçambicano Mia Couto, no seu texto intitulado “Os Sete Sapatos Sujos”¹, e cito: “A minha mensagem é simples: mais do que uma geração tecnicamente capaz, nós necessitamos de uma geração capaz de questionar a técnica. Uma juventude capaz de repensar o país e o mundo. Mais do que gente preparada para dar respostas, necessitamos de capacidade para fazer perguntas” (Fim de citação). E ainda segundo MIA Couto, não é persistindo nas lamentações ou invocando desculpas ou culpados que poderemos ultrapassar bloqueios e abrir novas perspectivas.

É na capacidade empreendedora e na auto-responsabilização, individual e colectiva, que residem os

¹ Mia Couto, Oração de Sapiência no ISCTEM, Maputo, 2006, publicado no livro *e se Obama fosse africano? E outras interinvenções*, Editorial Caminho, 2.ª Edição, 2009, pág. 46.

ingredientes necessários para a resolução dos problemas de desenvolvimento das sociedades. E as fundações, pelas suas características próprias, poderão desempenhar um papel crucial neste domínio, por exemplo, ao estimular e criar as condições para que aquela capacidade empreendedora e a auto-responsabilidade surja, de preferência em contextos de inovação social e no quadro dos grupos sociais mais desfavorecidos ou negligenciados, por razões económicas ou culturais.

4.

Gostaria, por isso, de vos falar de inovação social. Mas antes de continuar, e porque os conceitos são necessários para estruturar o nosso pensamento, deixem-me dar-vos uma definição de *inovação social*. Assim, podemos dizer que esta acontece sempre que se encontra uma nova solução para um problema social, que é mais efectiva, eficiente ou apenas mais justa que as soluções existentes, e cujo valor acrescentado beneficia a sociedade em geral e não apenas as pessoas individualmente afectadas (James A. Phills Jr., Kriss Deiglmeier, & Dale T. Miller)².

² http://www.ssireview.org/articles/entry/rediscovering_social_innovation

O exemplo mais paradigmático de *inovação social* é representado pelo micro-crédito, ou seja, pelo empréstimo de pequenas quantias de dinheiro a pessoas carenciadas mas empreendedoras e que, por aquele motivo, não conseguem aceder ao sistema financeiro convencional. Na sua aparente simplicidade, a verdade é que o micro-crédito tem conseguido inverter o círculo de mera subsistência de milhões de pessoas com uma externalidade óbvia para as comunidades onde estes programas são implementados.

Com o aproveitamento das ferramentas da INTERNET, estas experiências de micro-crédito conheceram recentemente uma transformação radical, do modelo mais clássico do Grameen Bank, de Muhammad Yunus, para autênticos mercados ou plataformas *on-line* de micro-crédito, de que são pioneiras instituições como a KIVA ou a GlobalGiving. O objectivo destas iniciativas é muito simples: fazer com que qualquer pessoa consiga investir em iniciativas empresariais de pequena dimensão em países em desenvolvimento, ou em projectos de instituições sem fins lucrativos a nível global, com a possibilidade de acompanhar e monitorizar a sua evolução.

A urgência de encontrar novas respostas efectivas para os grandes desafios deste século – educação, saúde, alimentação, sustentabilidade ambiental e outras necessidades sociais - indicia o carácter inadiável da aposta no empreendedorismo e na inovação social. Os empreendedores sociais e a eventual inovação, no entanto, não acontecem por geração espontânea, sendo necessário reunir quer as condições quer as circunstâncias para que estes possam emergir.

Minhas Senhoras e Meus Senhores,

Outro tema que nos deve ocupar é reflectir sobre as mudanças necessárias na ajuda ao desenvolvimento, em especial, nos conceitos operacionais da ajuda e na atitude tanto de parte dos governos dos países doadores como dos países beneficiários e dos demais agentes – organizações internacionais, ONG's, fundações e comunidades locais - envolvidos no processo de ajuda. Não me parece que aqueles que ultimamente têm defendido que a ajuda ao desenvolvimento deve terminar tenham razão. Penso, no entanto, que constitui uma responsabilidade perante as gerações futuras, tornarmos a ajuda ao desenvolvimento



mais selectiva, mais focada e, deste modo, mais eficaz. Mais participada e mais bem avaliada e, portanto, mais responsabilizante pelo resultado.

A solidariedade é um imperativo moral, mas a moral não deve ser avessa à racionalidade crítica Não podemos perder mais oportunidades.

Muito obrigado.

Emílio Rui Vilar

Presidente da Direcção do Centro Português de Fundações